

Contra a Reforma da Previdência e por 21% de reajuste já



Profissionais de educação em assembleia votam ações contra os projetos do prefeito de privatização da previdência municipal

PL1005 chega à Câmara e votação é pedida em caráter de urgência! Assembleia dia 21 na ABI, às 18h30, vai preparar a mobilização contra projetos

O prefeito Eduardo Paes enviou à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro dia 09/06 o Projeto de Lei nº1005/2011, que dispõe sobre o Plano de Capitalização do FUNPREVI. Esta é a forma final do projeto apresentado por Paes aos vereadores em abril, chamado na época de "plano de insolvência". Segundo a prefeitura, o objetivo é acabar com o rombo do nosso fundo através da regulamentação da transferência previdenciária (incluindo o piso e o teto para cada categoria), dos royalties, da venda de imóveis próprios e financiados pelo PREVIRIO.

Segundo informações da liderança do governo na Câmara, a idéia do prefeito é votar este projeto junto com a PLC 41, a reforma da nossa previdência. Por isso o PL 1005 foi encaminhado para ser apreciado e votado em regime de urgência. Isso significa que os dois projetos podem ser votados a qualquer momento. A categoria deve ficar atenta e mobilizada para parar as escolas no dia em que a votação for agendada e ir pressionar os vereadores na Câmara Municipal e lotar nossa assembleia no dia 21/06, na ABI.

No dia 21 (terça) ocorrerá assem-

bléia da rede municipal, às 18h30, na ABI (Rua Araújo Porto Alegre 71, 9º andar), para preparar a mobilização contra os projetos.

Hora de conquistar reajuste é agora

A rede municipal tem que seguir o exemplo dos bombeiros e dos colegas da rede estadual, que se mobilizaram para lutar pelo reajuste salarial. Não só no Rio de Janeiro, mas em outros estados, como São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraná, Bahia, Ceará, Paraíba, Minas Gerais e muitos outros, diversos segmentos da educação estão mobilizados e fazendo

greves por melhores salários e condições de trabalho. O Sepe já mostrou que a prefeitura do Rio tem dinheiro para aumentar salários. Portanto, todos à luta para barrar a Reforma da Previdência e conseguir reajuste salarial digno. Nossa reivindicação é de 21% de reajuste emergencial.

Pedimos também que os colegas enviem emails aos vereadores, pedindo que votem contra os PLs e apoiem nossa proposta de reajuste - os emails dos parlamentares podem ser acessados no site da Câmara de Vereadores (www.camara.rj.gov.br/).

Legislação garante acesso do Sepe às escolas

Categoria não pode aceitar que SME impeça o sindicato de entrar nas escolas estaduais

Com respeito ao relato de militantes do sindicato que reclamam estarem com dificuldades para entrar nas escolas por causa das direções e CREs, o Sepe esclarece: o direito ao acesso nas unidades e ao contato com os profissionais que nelas trabalham é garantido por lei. O sindicato é o legítimo representante dos interesses dos profissionais de educação das redes públicas do Rio de Janeiro. Portanto, não é legal a ordem para que as direções das unidades escolares tentem barrar os nossos diretores e militantes.

O sindicato solicita a imediata comunicação destes casos ao nosso Departamento Jurídico para que possamos garantir o livre acesso às escolas, já que se trata de

uma prerrogativa da representação sindical respaldada pela Constituição Federal de 1988. Veja trechos de um parecer do DJ:

(...) “Neste quadro inclui-se os movimentos, inclusive grevistas na fase de negociação e reivindicações da categoria, sendo garantidos ao Sindicato os meios para o desenvolvimento da sua ação destinada a atingir os fins para os quais foi constituído, tais como acesso às Escolas e aos profissionais, ou de nada adiantaria a lei garantir a existência de sindicatos e negar os meios para os quais as suas funções pudessem ser cumpridas.

“(...) Apesar de ainda não ter sido disciplinado por legislação específica, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direi-

to de greve dos servidores públicos previsto na Constituição Federal de 1988, concluindo que, em casos de paralisação no funcionalismo público, deve ser aplicada a Lei 7.783 de 1989, que regulamenta as greves dos trabalhadores da iniciativa privada.

“(...) Dispõe o Artigo 6º da referida Lei: São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos: I - o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve; II - a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.

“§ 1º Em nenhuma hipótese os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constringer os direitos e garantias fundamentais de outrem.

“§ 2º É vedado às empresas adotar meios para constringer o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

“§ 3º As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

“A própria Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) incentiva a atuação negocial dos sindicatos, como instrumento de paz social e de grande utilidade técnica jurídica que permite às próprias partes de uma disputa trabalhista a escolha das normas a serem observadas para a composição dos seus conflitos.”



Rede estadual em greve

Desde o dia 7 de junho, os profissionais das escolas estaduais do Rio de Janeiro estão em greve por reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Em assembleia que reuniu quase dois mil profissionais no Clube Municipal, a categoria resolveu dar um basta ao descaso do governo Cabral para com a educação pública estadual e deflagrou a paralisação por tempo indeterminado. Os profissionais também se solidarizaram com o movimento dos bombeiros do Rio de Janeiro. A categoria já realizou grandes manifestações, como a passeata dia 10 até a Alerj, onde se encontrou com os bombeiros.





Profissionais das escolas municipais fazem manifestação em frente à Câmara de Vereadores do Rio

Prefeitura aumenta arrecadação, mas mantém arrocho salarial

Um estudo preparado pelo Dieese para o Sepe mostrou que o prefeito Eduardo Paes tem dinheiro em caixa para aumentar os salários da rede municipal e investir na Educação e não o faz por que não quer. Entre os anos de 2006 e 2010, a arrecadação municipal cresceu 30,78%, mas as despesas de pessoal subiram apenas 8,74%. Ou seja, o governo municipal nestes períodos (gestões César Maia e Eduardo Paes) “economizou” e aumentaram o seu faturamento de caixa às custas do arrocho salarial dos servidores municipais.

Este estudo serve para comprovar que Eduardo Paes e os secretários municipais da área econômica mentem ao dizer que não há condição para a concessão de reajustes salariais e valorização dos servidores. Mesmo considerando as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - que delimita os gastos dos governos) o levantamento do Dieese mostra que, hoje, o prefeito poderia conceder uma reajuste de 26,72% sem que para isto tenha que descumprir a lei.

Aumento do salário dos vereadores: 61,3%; proposta de aumento para os servidores: 5,5%

O aluguel aumentou. A passagem do ônibus aumentou. Pão, batata, feijão, arroz e tomate aumentaram. E o nosso salário? O dos vereadores aumentou em 61,3%. Até carro de luxo eles queriam ganhar. Mas para os servidores municipais o anúncio do prefeito à imprensa garante somente um aumento de acordo com a variação do IPCA, algo em torno de 5,5%.

Tentando compensar a proposta vergonhosa de “aumento”, Paes anunciou a antecipação do 13º salário (Que novidade!) e o pagamento do 14º salário - Aquele da lógica meritocrática, que contempla números fictícios e castiga os que adoeceram pelas péssimas condições de trabalho. Por isso, precisamos urgentemente discutir e lutar pela educação que queremos. Nos dias 15 e 16 de junho vamos discutir em nossas escolas e creches a realidade da educação. Vamos elaborar nossa pauta de reivindicação e nossas propostas.

Calendário da rede municipal do Rio

Paralisação no dia da votação do PLC 41 (reforma da previdência) e PL 1005 (Plano de Capitalização do FUNPREVI)

15 e 16 de junho - dia de discussão nas escolas. Todos de vermelho!

15/06 - a partir das 16h, Câmara de Vereadores, ato das merendeiras e visita aos vereadores;

17/06 - 10h, Audiência Pública sobre Educação Inclusiva no Ministério Público Estadual (Rua Marechal Câmara 370 - Centro).

18/06 - Panfletagem das regionais;

21/06 - Assembléia da rede municipal, 21 de junho, às 18h30, na ABI (Rua Araújo Porto Alegre 71 - 9º andar).

Sepe realizou o maior Congresso de Educação da história



No maior Congresso da sua história, o Sepe reuniu cerca de 1.800 delegados no evento que se iniciou no dia 26 de maio e foi encerrado dia 28. A edição deste ano teve por tema “Escola não é fábrica, aluno não é mercadoria, educação não é negócio - Contra a meritocracia e produtividade na educação” e foi realizada no Clube Municipal, na Tijuca. No sábado, último dia, o Congresso contou com a presença da professora das rede públicas do Rio Grande do Norte, Amanda Gurgel, que se destacou na internet a partir das suas denúncias sobre a situação da Educação no Brasil.

Sepe ganha liminar para a convocação de merendeiras

Sepe ganhou uma liminar para a convocação das merendeiras concursadas de 2008. A juíza decretou que o prefeito teria um prazo de 48 horas para convocá-las, sob pena de pagar uma multa diária de R\$10 mil, em caso de não cumprimento da decisão. O prefeito entrou com um recurso, alegando que 48 horas seria tempo insuficiente para a convocação, exame admissional e posse. A juíza suspendeu a liminar e aguarda a resposta da prefeitura.

Por isso, no dia 8 de junho, uma comissão de merendeiras e concursadas prestou solidariedade aos bombeiros, indo depois à Câmara, onde foi entregue um ofício, exigindo que os vereadores intercedam pela convocação imediata das merendeiras concursadas. As merendeiras aprovadas no concurso estão de plantão na Câmara para pressionar os vereadores pela convocação e esclarecer à população a realidade da escola pública.

10% do PIB para a educação já!

Recentemente, o governo Dilma apresentou sua proposta para o Plano Nacional de Educação (PNE) que deverá vigorar até 2011. Este PNE é muito distante daquele reivindicado e construído pelo movimento, pela categoria. Nem mesmo o CONAE, que foi totalizado pelo governo, rebaixou o valor de 10% do PIB para a educação. O PNE do governo estabelece 7% do PIB até 2014, mas sujeito a alteração a depender da realidade orçamentária. O que orienta a proposta do PNE é a lógica imposta pelo Banco Mundial de diminuir gastos nas áreas sociais destinando-os a banqueiros e empresários. Em 2010, apenas 2,89% do orçamento foi investido em educação. Por isso, nos somamos a outras entidades para construir o plebiscito nacional pela aplicação de 10% do PIB em educação pública.